



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 13^a Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, com a anuência da nossa Senadora Ana Amélia, aqui presente, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 17, de 2012 - CRA, de minha autoria, aprovado em 19 de março de 2012, com a finalidade de discutir e avaliar a renegociação das dívidas de agricultores rurais afetados pelas secas ou enchentes, bem como a liberação de créditos emergenciais, com a presença de vários convidados.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, passo a ler os expedientes. Para informação, o requerimento à Mesa diz o seguinte:

“Ao renovar nossos cumprimentos, solicitamos a V. Ex^a a reelaboração do despacho ao PLS nº 123, de 2012, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, que dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente, em áreas de reserva legal, e dá outras providências, para que, nos termos do art. 49, inciso II, do Regimento Interno, seja encaminhado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Agricultura e Reforma Agrária, de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa com a determinação de que seu estudo seja feito em reunião conjunta.”

Assinam os quatro Presidentes das Comissões: Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ; Senador Eduardo Braga, Presidente da CCT; Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da CMA e o Presidente da CRA, que vos fala neste momento.

Lembro da visita dos Senadores do México à nossa Comissão, para discutir o setor sucroalcooleiro. No dia 23/05, à tarde, receberemos aqui então a visita dos Senadores.

Lembramos também que, conforme o Requerimento nº 19, será realizada diligência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária à Feira do Cerrado Brasileiro – Agrobrasília, a realizar-se hoje, 17 de maio, no parque Ivaldo Cenci, às 10 horas, com a finalidade de visitar e avaliar as tecnologias apresentadas na vitrine do agronegócio brasileiro oferecidas na grande feira.

Ontem já estiveram lá integrantes da Comissão de Agricultura – Senadora Ana Amélia, Senador Blairo Maggi, Senador Casildo Maldaner, Senador Moka, com o Senador Rodrigo Rollemberg –, e hoje nós teremos outra equipe que vai visitar a Feira.



Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Acir Gurgacz, eu queria dizer a V. Ex^a que ontem tive a oportunidade de acompanhar a comitiva, liderada pelo nosso colega Rodrigo Rollemberg, aqui do Distrito Federal, visitando a Agrobrasília, que encerra as atividades dessa importante Feira, na sua 5^a edição, no dia 19.

Pude perceber exatamente o esforço dos agricultores – agricultores familiares, agricultores médios, grandes agricultores – no sentido do aumento da produtividade, com aplicação de manejos modernos de sustentabilidade e preservação ambiental e aplicação de ciência como a biotecnologia para aumentar os índices de produção.

À chegada lá, a gente pode perceber, dos dois lados da estrada, umas belas lavouras de milho e sorvo, contrariando a visão triste e dramática do meu Estado, Rio Grande do Sul, onde a perda com soja e milho foi, em algumas áreas, de 50% e em outras chegando a 80%, sequer dando ao agricultor a condição de colher o pouco que sobreviveu à seca. Então é realmente a contradição deste imenso País continental, da realidade vivida por agricultores.

O próprio Senador Blairo Maggi acompanhou-me nesta comitiva ontem, com o Senador Casildo Maldaner e o Senador Waldemir Moka, e pudemos constatar exatamente essa diversidade. Quer dizer, a Amazônia, região do Acre e Manaus, mergulhada numa enorme enchente, o Nordeste, a Bahia, com uma seca também muito forte, e o meu Estado, Rio Grande do Sul, parte de Santa Catarina e Paraná igualmente sofrendo as consequências da seca.

Então eu queria aproveitar a oportunidade. E V. Ex^a hoje terá a chance de verificar esse trabalho, renovar os cumprimentos a esses dirigentes da Coopa-DF, que é a Cooperativa do Distrito Federal que vem sendo responsável por essa mudança de cenário aqui no cerrado brasileiro, no Entorno de Brasília, levando desenvolvimento e sobretudo um aumento de renda para a agricultura familiar. Porque lá existe uma seção especializada na área de agricultura familiar, para exatamente fazer esse chamamento de desenvolver também os setores que mais precisam de assessoria técnica para desenvolver suas habilidades.

Eu queria cumprimentar V. Ex^a e, ao mesmo tempo, Presidente Acir Gurgacz, eu gostaria de receber de V. Ex^a alguma informação sobre aquela iniciativa das comissões que trabalharam no Código Florestal, qual encaminhamento foi dado ao que nós discutimos aqui de levar à Presidente Dilma Rousseff algumas ideias sobre aquilo que nós havíamos aprovado e que a Câmara modificou substancialmente em relação ao Código Florestal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia.



No caminho do nosso trabalho em relação ao Código Florestal, cumprimentando os prefeitos que estiveram aqui, na Marcha dos Prefeitos. Eles também fizeram um documento endereçado à Presidenta Dilma, que diz o seguinte:

O Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski [gaúcho, não é?], pediu ontem à Presidenta Dilma sanção integral do texto do Novo Código Florestal como foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 26 de abril.

Nós temos 4.400 Municípios agropecuários no País. A decisão da marcha por ampla maioria é de pedir à senhora que sancione o Código Florestal que foi aprovado na Câmara. Tem discrepância? Tem. Mas vou pedir que a senhora sancione o projeto. Declarou Ziulkoski na abertura da Marcha dos Prefeitos, que reuniu representantes de 3.500 Municípios de todo o Brasil.

Nós elaboramos o documento e estamos agora formando a comissão para ir à Presidenta Dilma, ou à Casa Civil, para que possamos entregar e debater esse assunto, que é da maior importância para nós.

Eu acredito que deva ser o tema mais importante que temos relacionado à agricultura, neste momento, para resolver, uma vez que já o votamos aqui no Senado e já foi votado na Câmara. As duas Casas fizeram as mudanças que acharam necessárias, pertinentes ao assunto, tanto aqui no Senado quanto na Câmara. Portanto, nós esperamos que a Presidenta possa sancionar a integralidade, se for possível; se não, na maioria. Que faça alguma modificação pequena, cirúrgica, extraindo alguma coisa, para que nós possamos levar essa tranquilidade jurídica ao homem do campo, que realmente precisa desse novo Código Florestal.

Sr's e Srs. Senadores, o objetivo desta nossa audiência pública de hoje é discutir o endividamento rural, um problema que atormenta a vida de milhares de agricultores brasileiros todos os anos e que se agrava em situações de adversidades climáticas, como secas prolongadas, enxurradas, enchentes.

Mas, antes de entrarmos em definitivo nesse tema, vou fazer alguns relatos sobre as atividades recentes da nossa Comissão, bem como alguns comunicados sobre a agenda para os próximos dias.

Realizamos, na última quinta-feira, aqui na Comissão de Agricultura, uma audiência pública para discutir o pagamento de *royalties* de produtos da biotecnologia, atendendo a requerimento do Senador Blairo Maggi e da Senadora Ana Amélia.

Na audiência, os representantes dos produtores de soja e de sementes defenderam regras mais claras para a cobrança de *royalties* para Biotecnologias, em especial para sementes transgênicas.



O Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, Glauber Silveira da Silva, explicou que os *royalties* são cobrados na compra da semente geneticamente modificada e também na entrega da colheita, o que caracteriza o confisco de parte da produção.

O Presidente da Associação dos Produtores de Sementes do Mato Grosso, Pierre, apontou o domínio que as empresas que controlam os transgênicos exercem sobre os produtores, explicando que elas licenciam apenas as variedades de interesse das corporações.

O Diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudas, Ivo Carraro, entretanto, alegou que há liberdade de mercado, tendo o produtor amplo direito de escolha para fazer a compra da suas sementes.

Para desoneras os produtores, Irineu Ortiz, Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul, sugeriu a criação de fundos que remunerem detentores de patentes, pesquisadores e produtores de semente. Seria um fundo para cada uma das *commodities*, abastecido por 0,5% do valor obtido na comercialização e administrado por representantes do Governo Federal e de entidades nacionais representativas de cada cultura.

O representante da Embrapa, Felipe Teixeira, reconheceu a importância das investigações em Biotecnologia, mas ressaltou a necessidade de manter também a pesquisa sobre variedades convencionais.

Entendo que é necessário que a regulamentação legal acompanhe o desenvolvimento tecnológico e o mercado para que o Brasil avance na Biotecnologia aplicada na agricultura.

Precisamos ampliar as pesquisas em Biotecnologia, pois, só assim, vamos reduzir os custos com o pagamento de *royalties*.

Esse foi um tema amplamente debatido e chegamos à grande conclusão de que nós precisamos investir mais na ciência e tecnologia e por meio da Embrapa, que é o canal mais eficiente e que já nos deu prova suficiente para que o Governo do Brasil possa investir ainda mais na nossa Embrapa.

Com relação à clonagem, destaco também que ontem, pela manhã, apresentei, na Comissão de Constituição e Justiça, relatório com parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente, comercialização de clones de mamíferos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Esse projeto já foi aprovado aqui na Comissão de Agricultura; e na CCJ, ontem, a votação não ocorreu por conta de pedido de vista.

A nossa expectativa, no entanto, é aprovar com celeridade esse projeto, visto que ele tramita há cinco anos nesta Casa e, por conta disso, o Brasil está atrasado na regulamentação dessa importante Biotecnologia. O Brasil está na vanguarda dessa tecnologia, mas, para que não fique para trás no conhecimento e manipulação dos recursos genéticos por meio da Biotecnologia,



precisamos de uma legislação que assegure o *status legal* à pesquisa brasileira no âmbito internacional, bem como ao comércio desses animais.

Portanto, não podemos mais nos privar de uma legislação que atenda às necessidades da pesquisa dos órgãos de fiscalização e do setor produtivo, dando as garantias, a segurança e a transparência necessárias para todos os atores envolvidos, principalmente os consumidores e os parceiros comerciais brasileiros.

Para o próximo dia 24 de maio, temos programada uma audiência pública para debater um encaminhamento para a Lei Geral do Cooperativismo, que tramita nesta comissão e deve ser formulada a partir do PLS nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, do PDT; e o PLS 153, de 2007, também, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, do PT. Ambos têm por objetivo substituir a Lei nº 5.764, de 1971, atual norma disciplinadora do cooperativismo brasileiro.

Creio que todos aqui concordam que devemos dar celeridade à tramitação desses projetos para que possamos definir, de uma vez por todas, o ato cooperativo, bem como equacionar questões referentes à tributação das cooperativas, à unicidade e representatividade, além da abertura de capital das cooperativas, que são importantes para o fortalecimento tanto da agricultura familiar como do agronegócio brasileiro.

Considerando que as cooperativas são comprovadamente uma boa alternativa no enfrentamento da crise financeira internacional, além de promotoras do desenvolvimento humano, creio que, ao aprovarmos a Lei Geral do Cooperativismo, daremos uma grande contribuição para que esse segmento possa contribuir com mais efetividade ainda para o fortalecimento da economia brasileira.

Nesta sexta-feira, em nosso ciclo de palestras e debates, vamos discutir a infraestrutura ferroviária e hidroviária das regiões Norte e Centro-Oeste, que está muito aquém da necessidade para escoamento da produção agropecuária e o desenvolvimento da região.

O foco do debate serão as ferrovias e hidrovias, mas, desde já, chamo atenção para a importância da integração intermodal, sendo fundamental a restauração e ampliação de toda a malha rodoviária dessas duas regiões, principalmente da BR-364, que é a espinha dorsal de meu Estado de Rondônia e a principal ligação rodoviária da região Norte com o Sudeste e o Sul do País.

A Revista Exame desta semana traz uma reportagem que ilustra bem a precariedade e o atraso estrutural da região Norte. O jornalista recorre aos tempos áureos da Estrada de Ferro Madeira Mármores, que este ano completará cem anos, desde sua inauguração, para mostrar que esse foi o maior investimento para o escoamento da produção de riquezas da Amazônia.

Passado um século da construção da Estrada de Ferro Madeira Mármores, em certos aspectos, a infraestrutura e logística da região ainda são limitadores para seu desenvolvimento.



Segundo a Confederação Nacional de Transportes, mais de 55% das rodovias da região estão em estado de conservação ruim ou péssimo, o pior resultado do País. Por isso, nesta sexta-feira, estaremos reunidos com o Ministério dos Transportes, Dnit, Antaq, Secretaria de Assuntos Estratégicos e Confederação Nacional da Agricultura e a Secretaria de Portos e Hidrovias de Rondônia, para discutirmos os projetos existentes para a região e vermos como podemos acelerar sua viabilidade.

No próximo dia 25, realizaremos o nosso ciclo de palestras e debates na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, onde discutiremos as novas tecnologias agropecuárias, aliadas à assistência técnica e ao crédito. A audiência fará parte da programação Rondônia Rural Show, primeira feira de tecnologias e oportunidades de negócios agropecuários. A audiência pública contará com a presença do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Banco do Brasil, da Embrapa e do Governo de Rondônia.

No mesmo dia, discutiremos com produtores de Rondônia outros temas, como a integração da lavoura pecuária à floresta e a agricultura de baixo carbono, além da renovação do parque cafeeiro de Rondônia e a introdução de novas variedades de café.

Foram convidados o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, o Governo de Rondônia, Banco do Brasil e Embrapa, além de associações de produtores e cooperativas de Rondônia.

Com relação ao tema do endividamento rural, nosso objetivo hoje, lançar alguma luz sobre esse problema crônico que nossos agricultores enfrentam. O Governo Federal – é verdade – tem tentado diversos mecanismos para encontrar uma solução para o endividamento rural, mas, até agora, tem resolvido apenas parte do problema. E o endividamento rural vem tomando proporções impagáveis a cada ano, o que acaba quebrando muitos produtores e inviabilizando o pagamento do saldo devedor.

Outra questão que agrava o endividamento do setor é a falta de informação dos produtores sobre os benefícios contidos em leis e normativas. De fato, há benefícios legais exclusivos para o setor agropecuário, haja vista que o empréstimo rural tem a finalidade legal de fomentar a agricultura e não de gerar lucro para os agentes financeiros. No entanto, está havendo uma inversão na finalidade dos financiamentos rurais, pois os bancos, inclusive os oficiais, estão operando com os contratos rurais objetivando lucros e não apenas incentivar o setor agropecuário.

Para esclarecer melhor os agricultores sobre esses riscos é que estamos promovendo esta audiência. Trataremos da inadimplência dos produtores rurais com o Banco da Terra e com o crédito fundiário; dos prazos e como se dará a adesão voluntária para a renegociação dos débitos em atraso, junto às instituições financeiras; e, em especial, teremos que discutir a situação



dos agricultores que tiveram suas atividades afetadas por fenômenos naturais, como a seca do Nordeste e as enchentes do Norte, que continuam ainda fortes.

As enchentes do Amazonas, por exemplo, e a seca do Nordeste é um dos temas que têm ocupado a grande mídia nacional nos últimos dias, tanto a seca, da Bahia principalmente, como a enchente do Amazonas, que é a maior enchente da história do Amazonas. O Amazonas enfrenta grandes dificuldades e a Bahia também enfrenta grandes dificuldades com a seca que acontece no Nordeste.

Eu convido a compor a Mesa, o Dr. João Luiz Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da SAF, do MDA.

Dr. João seja bem-vindo à nossa audiência, que começa hoje um pouco mais cedo, em função da agricultura, não é? A agricultura começa cedo.

Nós iniciamos os nossos trabalhos bem cedinho, até porque as pessoas que nos assistem, os nossos agricultores já estão trabalhando, já foram para a roça e já voltaram e daqui a pouco voltarão novamente, enfim.

Enquanto não temos aqui ainda a presença dos demais, eu consulto a V. Ex^a se gostaria de iniciar; ou esperamos?

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Podemos começar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Ana Amélia, podemos começar?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa é uma boa providência, Presidente, que assim adiantamos.

E aqueles que forem chegando vão falando.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está muito bem.

Dr. João Luiz é um prazer tê-lo conosco. O senhor tem a palavra pelo tempo que achar pertinente.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Primeiro, muito obrigado pelo convite, em nome do Ministro Pepe Vargas e do nosso Secretário da Agricultura Familiar, Laudemir Müller. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem uma relação muito forte com esta comissão, com o Senador Acir, com a Senadora Ana Amélia e com os demais Senadores que a compõem. Nós temos necessidade e disposição para sempre estarmos aqui debatendo. Este espaço permite que uma porção de pessoas, técnicos, agricultores, líderes dos movimentos sociais, tomem conhecimento daquilo que o governo se propõe a fazer e das dificuldades eventuais que nós temos para avançarmos nas políticas públicas da agricultura familiar.

Especificamente quanto ao tema da dificuldade gerada pelos fenômenos climáticos que ocorrem no Brasil, desde dezembro, praticamente, é preciso dizer que há situações distintas. Nós temos agricultores que perderam muito, numa situação de seca, por exemplo, no Rio Grande do Sul – a Senadora



Ana Amélia há pouco se referiu a isso – e temos agricultores, mesmo no Rio Grande do Sul, que tiveram uma situação diferenciada.

Então, a primeira conclusão a que chegamos desses fenômenos climáticos históricos é que há práticas agrícolas que permitem a convivência com as adversidades climáticas especialmente.

Então uma porção de agricultores familiares, a grande maioria, felizmente, adota práticas de uso, manejo e conservação do solo, práticas de rotação de cultura, ações que a pesquisa e a extensão rural levam aos agricultores, que, mesmo numa situação de frequência de chuvas muito irregular, como a que ocorreu na safra 2011/2012, os agricultores conseguem uma produção bastante razoável.

Então, nós temos vizinhos, agricultores próximos uns dos outros, em que o fenômeno foi igual, mas a produtividade obtida é distinta. Basicamente o que diferencia são as técnicas agrícolas, o manejo do solo, o manejo da água, o manejo das culturas, que caracterizam diferentes situações e diferentes produtividades.

Então, o primeiro esforço dos agricultores familiares – e, felizmente, a grande maioria já está nessa linha – é entender a realidade da natureza do solo, do clima, das plantas e a ela adequar-se, tentando antecipar-se aos problemas. Portanto, manejo de solo e água, culturas adequadas à realidade de pouca chuva já são hoje práticas bastante usuais entre os agricultores, especialmente os agricultores do Sul, mas isso também vale para a região Nordeste.

Nós temos, produzidos pela pesquisa, especialmente pela Embrapa, culturas que são menos exigentes em água, são mais preparadas – vamos dizer assim – para a convivência com pouca chuva.

A outra consideração é a de que os agricultores familiares têm políticas estruturantes que protegem os agricultores nessa situação. Nós temos um programa de seguro, o Seguro da Agricultura Familiar, que é bastante avançado. Ele cobre 100% do valor financiado e mais até R\$3,5 mil da receita líquida esperada. Então, o agricultor que realiza atividades agrícolas de culturas zoneadas, que está dentro do zoneamento agroclimático do Ministério da Agricultura, que segue a boa técnica agrícola tem proteção. Nós temos um grupo hoje de agricultores do Sul, com cerca de 90 mil agricultores que comunicaram perda em função da seca e que estão já sendo indenizadas. Nós temos já hoje cerca de 30 mil agricultores indenizados e um total de aproximadamente R\$250 milhões pagos aos agricultores. Quer dizer, esses agricultores – claro – sofrem porque, se tivessem uma colheita normal, teriam uma renda muito maior, mas não ficam com dívida no banco e ainda, em algumas situações – a maior parte delas –, parte da receita líquida esperada é paga como indenização ao agricultor. Esse seguro é compulsório. Os agricultores, aderindo ao financiamento de custeio agrícola do Pronaf, Programa



Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, obrigatoriamente têm que aderir ao seguro. A alíquota é muito baixa. O valor, o prêmio do seguro é apenas 2% e ele tem coberto 100% do valor financiado, mais até R\$3,5 mil da receita líquida.

Então, essa nós consideramos outra medida estruturante. Além da boa prática agrícola que a maioria dos agricultores adotam, existe uma política de proteção aos agricultores que é efetiva e funciona. A maior parte desses 90 mil agricultores está no Rio Grande do Sul. Nós temos no Rio Grande do Sul cerca de 65 mil agricultores prejudicados pela seca, agricultores familiares protegidos por esse seguro e esses agricultores estão em processo de indenização. Na maior parte dos casos – praticamente todos –, a perícia já esteve lá. O perito é nomeado pelo agente financeiro, pelo banco, e esse laudo é um laudo que o perito, uma vez comunicado da perda pelo agente financeiro, faz em até dez dias.

O processo de análise, numa situação de crise como esta, em que nós estamos com quase 100 mil comunicados de perda, é um pouco lento, porque as estruturas para análise dos laudos não estão preparadas para esse volume.

Então, apesar dessa dificuldade, que é verdadeira, nós já temos indenizado um terço praticamente dos agricultores prejudicados pela seca. Quer dizer, este ano nós estamos com uma velocidade da realização da perícia e de indenização muito maior do que em anos anteriores. Vejam que estamos na metade de maio. Seria a época de os agricultores terem a receita da venda da produção, e nós já indenizamos praticamente um terço dos agricultores atingidos. A meta é de que até julho todos os agricultores familiares que comunicaram perda estejam com a dívida resolvida junto ao agente financeiro e com a sua indenização da receita líquida paga. Este é o compromisso que temos feito e que os agentes financeiros, especialmente, estão procurando cumprir

O principal agente financeiro na região Sul é o Banco do Brasil, mas há também o Banciscred, que é um importante banco; o Bancop – os bancos cooperativos têm uma presença cada vez maior; as cooperativas, especialmente a Cresol; e o Banrisul, que financia os agricultores do Rio Grande do Sul.

Essa diversidade de agentes financeiros que há na região Sul permite que a velocidade de avaliação das perdas e da indenização dos agricultores seja mais efetiva.

Todos esses agentes financeiros têm uma preocupação muito grande em fazer logo essa indenização. É preciso dizer que esses agricultores que comunicam perda ficam com seu contrato postergado até a análise final do processo. Então, não há nenhum tipo de mora sobre ele, não há nenhum prejuízo em relação à eventual demora na avaliação das perdas. Uma vez comunicado perda, esse contrato fica postergado até a data do julgamento final.



Hoje, os peritos, que são especialmente do serviço público de assistência técnica de extensão rural, conhecem muito o sistema e avaliam, com muita precisão, as perdas.

O Proagro Mais, o seguro da agricultura familiar, começou na safra 2004-2005, com a grande seca que se abateu no sul do Brasil. Naquele ano, houve algumas dificuldades, porque uma parte dos peritos ainda não estava adequadamente preparada para a realização da perícia.

Como já se passaram várias safras e infelizmente o sul do Brasil é o principal usuário desse seguro, já indenizamos, ao longo dessas safras, desde a safra 2004-2005, cerca de R\$2 bilhões. Dessa indenização, a maior parte foi para o Estado do Rio Grande do Sul.

A Senadora Ana Amélia sabe, as dificuldades do clima no Rio Grande do Sul têm-se agravado, possivelmente por mudança climática, por várias razões. Mas, desses R\$2 bilhões de indenização, nós já indenizamos, do Rio Grande do Sul, metade disso. Então, a presença do seguro no Rio Grande do Sul é muito expressiva.

É preciso dizer que essa indenização é equitativa – vamos dizer assim – ao que o Rio Grande do Sul faz de financiamentos na agricultura familiar. Temos hoje cerca de 550 mil contratos segurados no Proagro Mais, o seguro da agricultura familiar, dos quais a metade está no Rio Grande do Sul. Então, a indenização é equivalente ao tamanho que o Rio Grande do Sul tem no seguro.

Mas a presença do Governo Federal no apoio aos agricultores familiares que têm sinistros em função de seca, de granizo, de geada se efetiva.

A outra ação estruturante atinge os agricultores da região Nordeste ou os beneficia. Nós temos um programa bastante grande, que se chama seguro da agricultura... Perdão. Chama-se Garantia Safra ou Fundo Garantia Safra ou Programa Garantia Safra. Ele indeniza os agricultores que não fazem financiamento.

No Nordeste, há o Seguro da Agricultura Familiar para quem realiza financiamento, que é o mesmo do Rio Grande do Sul e do resto do Brasil, e, para quem não faz financiamento, há um fundo que é uma participação do agricultor, com 1%; do Município, com 3%; e do Estado, com 6%, formando-se 10%, e com mais 20% de recursos do Governo Federal. Isso constitui um fundo de cerca de 30% daquilo que se imagina que haverá de perdas.

Neste ano, a perda é muito grande. Estamos estimando que, do total de agricultores – são 830 mil agricultores familiares que estão no Garantia Safra – pelo menos, 80% serão indenizados.

A seca começou em Minas e na Bahia e está alastrando-se por uma parte importante, hoje, no Piauí, em Pernambuco, na Paraíba, no Rio Grande do Norte. Vários Municípios já estão sendo atingidos. Nós imaginamos que 80% desses 830 mil agricultores receberão indenização.



Essa é uma medida estruturante. Todas essas políticas – é preciso dizer – são políticas antigas do Brasil. Acho que é preciso reforçar que o comportamento republicano, que o Brasil tem, de fortalecimento, de melhoria das políticas já vem, há anos.

O Seguro da Agricultura Familiar, ou Proagro Mais, é uma ação muito antiga. Há essa política desde os anos 1970, no Brasil. Foi melhorado, aperfeiçoado, a partir da criação do Seguro da Agricultura Familiar, o Proagro Mais, em 2004. Mas ela é uma política antiga.

Então, o mérito é de nós todos, da sociedade brasileira, que construiu essa política e que perseverou nela. O Programa Garantia Safra é uma política que foi instituída em 2002 e implementada em 2003.

O primeiro ano de efetiva indenização dos agricultores familiares nordestinos foi em 2003. E ele veio em um crescendo. Nós estimamos que, na próxima safra, deveremos ter cerca de 940 mil agricultores familiares nordestinos protegidos pelo Fundo Garantia Safra.

Esse Fundo, como já falei, tem apenas 30% de previsão de sinistralidade, de perdas, e a perda média no Nordeste se aproxima de 60%. Essa diferença de cerca de 30% médio anual é bancado pelo Governo Federal.

Há cerca de 30 dias, a Presidenta Dilma Rousseff emitiu uma medida provisória, que os senhores apreciarão em breve, em que se alocaram recursos extraordinários ao Fundo Garantia Safra da ordem de R\$281 milhões, para que indenizemos os agricultores familiares que participam do programa. Por quê? Porque essa diferença de 30 para 60 é bancada sempre pelo Governo Federal.

Como o Orçamento estava prevendo 30 de indenização e vamos pagar 80, essa diferença de aproximadamente R\$281 milhões já está assegurada ao programa.

A indenização no Nordeste começou por Minas Gerais e pela Bahia. Esses dois Estados já estão sendo indenizados agora. Já há agricultores sendo pagos. O valor da indenização da perda é de R\$680 divididos em cinco parcelas de R\$138. Então, ficamos pagando para o agricultor pelo período em que ele estaria usufruindo da produção.

Há que se lembrar que esses agricultores são basicamente produtores de alimentos para consumo próprio. Eles usam a produção de milho, de feijão, de arroz, de mandioca para alimentação familiar. Então, o recurso é distribuído ao longo de cinco meses para permitir que aquilo que a lavoura não produziu seja comprado, seja adquirido, ou seja, que a subsistência esteja garantida.

Ele é talvez o maior programa de seguros da América Latina, não existe outro desse tamanho, e seguramente um dos maiores programas de seguro agrícola mundial. Ele tem sido, inclusive, objeto avaliação por países da América Latina e da África. Quem tem visitado o Brasil, tem conversado com o



Ministério do Desenvolvimento Agrário no sentido de buscar ideias para que programa parecido seja implementado nesses países.

A outra preocupação da Comissão, que é procedente e importante, é a região Norte. Nessa região, começando pelo Acre, tivemos uma enchente excepcional e estamos hoje com mais de 30 Municípios do Amazonas altamente prejudicados por essa mesma enchente do rio Amazonas e dos rios da região.

A região se caracteriza sempre ou por excesso de chuvas, por enchentes como essa, ou por secas. Há também um fenômeno importante que ocorre na região em que os cursos d'água quase secam e a navegação, que é o principal meio de transporte da região, fica prejudicada.

Nessa região ainda não temos uma presença expressiva do seguro da agricultura familiar. São poucos os agricultores familiares da região Norte que são protegidos pelo seguro, porque há poucos financiamentos de custeio agrícola. Agora que o zoneamento agrícola está chegando, especialmente em Rondônia, em Tocantins, em muitas culturas do Pará e no Acre. Mas é recente esse processo de zoneamento agrícola e de adesão ao seguro na região Norte. Também porque fazemos poucos financiamentos de custeio agrícola e ainda não temos o seguro da agrícola familiar tão presente e atuante nessa região.

Em relação ao Fundo Garantia Safra, há uma proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sei que existem inclusive propostas aqui no Senado de vários Senadores da região Norte, no sentido de estender o Fundo Garantia Safra para a região Norte. Esse programa deve ser realmente estendido para a região e o fenômeno que vai ocasionar ou deflagrar a indenização, o *start* da indenização deve ser necessariamente uma enchente exagerada como essa ou uma seca muito forte como também acontece na região.

Nessa ação de extensão do Programa Garantia Safra, ele não será provavelmente estendido só para a região Norte. Há agricultores familiares da região Sul que não fazem financiamento, que têm uma renda líquida baixa, que são agricultores basicamente de subsistência e que por não realizarem financiamento de custeio agrícola estão fora do seguro da agrícola familiar. Esses agricultores da região Sul também são público do Garantia Safra. Então, a proposta do MDA é de que a lei seja alterada para permitir que agricultores de todos os Estados brasileiros que preencham as condições do Garantia Safra, que é ter até um salário mínimo de renda familiar mensal, possam aderir, quando não realizam o financiamento de custeio agrícola, ao Garantia Safra.

Esta ação estruturante provavelmente será, em função desses fenômenos do Norte e Nordeste, é possível que exista uma decisão do Governo Federal, nos próximos dias – nós imaginamos – no sentido de permitir que, na próxima safra, todos os agricultores familiares que não estão no seguro da agricultura familiar, que não realizam o custeio agrícola, passem a aderir, ou tenham a possibilidade de aderir ao Garantia Safra.



Para a região Norte, nós estimamos que temos cerca de 100 mil agricultores como público do Garantia Safra. São basicamente os ribeirinhos. O ribeirinho da região Norte é agricultor, pescador, eventualmente tem uma pequena criação e é extrativista. As criações, todas as atividades são basicamente de subsistência. O excedente, quando ele existe, é usado para a venda e para a busca de renda monetária para o ribeirinho. Agora, esse é que é realmente o prejudicado pela enchente ou pela seca.

A forma de mensuração das perdas da região Norte deverá ser a altura do rio, o nível da água da enchente ou da seca. Quer dizer, baixou além do nível aceitável, em que a navegação fica prejudicada, nós indenizaríamos também. Ou pelo excesso de chuva como agora. Essa é uma proposta que está em discussão forte dentro do governo.

As outras medidas gerais que o Governo Federal fez, de postergação de pagamentos, com a presença do Dr. João Rabelo, do Ministério da Fazenda, espero Rabelo, que você especifique, até porque são medidas que nós contamos com muito apoio do Ministério da Fazenda, da Casa Civil, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Integração Nacional. Foram realizadas várias resoluções do Conselho Monetário, tanto para o Sul, como para o Norte e para o Nordeste; há outras em fase final de aprovação, que nós esperamos que aconteça se possível esta semana, ou hoje ou amanhã, um custeio para os agricultores familiares da região Nordeste em condições bastante favorecidas, mas as medidas de crédito, como elas dependem muito do Conselho Monetário Nacional, penso que a pessoa mais preparada para debater ou apresentá-las é o Dr. João Rabelo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João Luiz.

Antes de darmos prosseguimento, há um requerimento sobre a mesa e, a pedido do Senador Benedito de Lira, nós vamos colocá-lo em votação neste momento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 23, DE 2012

- Não Terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a debater o Setor Sucroalcooleiro no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Antônio de Pádua Rodrigues, Diretor Presidente Interino da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA); Luiz Custódio Cota Martins, Coordenador do Fórum Nacional Sucroenergético; Pedro Robério de Melo Nogueira, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL); Ismael



Perina Júnior, Presidente da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA-SP); Marco Antônio Martins Almeida, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; José Carlos Vaz, Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira, para defender o seu requerimento.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Sr. João Pinto Rabelo, Sr. João Luiz, como é sabido, o setor sucroalcooleiro deste País vem passando por diversas dificuldades, principalmente no que diz respeito a crédito, no que diz respeito a câmbio, no que diz respeito a choque de produção entre açúcar e álcool.

Há uma queixa muito grande do governo quando trata o assunto etanol. Qual é a alavanca de tudo isso? No momento em que há melhoria no preço do açúcar, o produtor de álcool e açúcar produz mais açúcar que álcool. Isso, na verdade, tem criado alguns embaraços e até uma melhor convivência entre o setor produtivo e o governo.

Recentemente, numa conversa que tivemos com a Ministra Gleisi, a fim de que pudéssemos fazer uma audiência com o setor, considerando que diversas indústrias da área estão praticamente todas recorrendo a uma ação de reparação junto ao Poder Judiciário.

No meu Estado, por exemplo, que até pouco tempo era o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil, a coisa é terrível, principalmente considerando que ultimamente tem sucessivas dificuldades no que diz respeito ao clima, à produção etc.

Antes do governo do Presidente Lula, havia um subsídio entre Norte, Nordeste e o Centro-Oeste.

Com o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a se conversar muito que esse subsídio era para pagar usineiro. Na verdade, não era para pagar usineiro, mas sim para pagar os pequenos produtores, os pequenos fornecedores.

Hoje há uma invasão no setor alcooleiro de capital internacional, transformando aqui, futuramente, se não tomarmos alguma providência, brasileiro não planta mais cana e não tem mais usina.

Temos, por exemplo, um projeto inédito no Brasil que é a primeira usina no mundo, Senadora Ana Amélia, que não tem a participação de usineiro ou do dono da usina, ou de sociedade familiar. É a Cooperativa de Pindorama, que tem 1.100 associados. Num determinado momento, ela teve um avanço considerável; hoje já está passando por um processo de declínio por conta exatamente das restrições de crédito que o governo tem proporcionando.



Temos dito e conversado com alguns segmentos do governo que o governo tem dado uma assistência muito boa a outras indústrias, como no caso a indústria branca, para preservar o emprego, e a indústria canavieira é uma das que mais empregam no País.

Então, Sr. Presidente, por conta dessas dificuldades e pelos vexames que tem passado o setor é que estamos propondo essa audiência pública para que possamos, o governo e a iniciativa privada, discutir parâmetros e caminhos, que a gente não tenha, amanhã, maiores dificuldades, haja visto o que está acontecendo hoje, a seca é assoladora no Nordeste brasileiro. Ouvindo aqui o Dr. João Luiz, quando ele faz a observação que, dos 831 mil produtores que têm o seguro safra, desses, 80% poderão ser indenizados.

Tenho a dizer o seguinte: no Nordeste, por exemplo, é 100%, porque o meu Estado, a Bahia, o Rio Grande do Norte, o Ceará, Alagoas, é uma coisa estarrecedora. Nada sobrevive, absolutamente nada. O governo tem adotado determinados procedimentos paliativos.

O que temos que levar a cabo no Senado Federal, nobre Presidente, é que temos que ter um programa de governo para atender e assistir o Nordeste. Um programa de governo. Não adianta, por exemplo, você estar fazendo transferências de débito ou prorrogando débitos dos pequenos agricultores, dos agricultores familiares. Ontem mesmo, cerca de mais de onze leilões foram realizados no Município de Major Isidoro, no meu Estado; estão tomando até bicicleta. É preciso que tenhamos uma posição para que as coisas possam acontecer, ou pelo menos se criarem possibilidades de futuro.

Daí a minha preocupação com esse setor, que deve ser a preocupação de todos nós que fazemos esta Casa, que eu estou propondo a esta Comissão esta audiência pública, para ouvirmos o setor, ouvirmos o governo e sabermos quais os caminhos que teremos que traçar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Sérgio Souza, para encaminhar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente, recentemente tivemos aqui em Brasília uma reunião com o setor, com a presença do Senador Benedito de Lira, estava o FORO, a UNICA, sindicatos, a Alcopar (Associação de Produtores de álcool e Açúcar do Estado do Paraná), do meu Estado, e surgiu essa ideia de promovermos essa audiência pública, porque aqui, nesta Comissão, tramita o marco regulatório dos biocombustíveis. Isso é de suma importância para o setor produtivo e também para o Brasil. Então, a ideia é debatermos a fundo esse projeto.

Eu só gostaria de sugerir, não sei se constou do requerimento, que essa audiência pública seja com a finalidade, Senador Benedito de Lira, de discutirmos o Projeto de Lei que tramita nesta Comissão e que é o marco



regulatório dos biocombustíveis, porque isso vai dar a todos os demais membros desta Comissão o conhecimento de que é para discutir especificamente esse projeto também, o que dá uma amplitude necessária, e nós poderemos avançar na análise do projeto que aqui tramita, repetindo, o marco regulatório dos biocombustíveis, do qual eu tenho a honra de ser o Relator. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu tive informações – não sei se o Sérgio também teve – de que muitos desses representantes estão em viagem do setor para o exterior e deverão retornar no final deste mês. Seria interessante que V. Ex^a pudesse marcar para o próximo mês, começo de junho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu sugiro, se os senhores e as senhoras concordarem, o dia 28 de junho. Por isso a consulta aos nobres Senadores e Senadores para que a gente possa se organizar e fazer uma audiência dessa importância.

Então, fica marcada para o dia 28. Peço a nossa Assessoria que faça a devida organização.

Senadora Amélia pediu a palavra?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu pedi pela ordem, Presidente.

Sr. Presidente, imagino que por ter chegado cedo o Sr. Guadagnin, o senhor deu tempo livre, mas eu queria dizer que eu tenho, às 10 horas, relatoria em outra Comissão. Acho que também nosso palestrante também tem compromisso.

Solicito que seja fixado um determinado tempo, porque temos perguntas a fazer e isso agiliza o trabalho. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós temos agora somente o Dr. João Pinto Rabelo Júnior e aí passaremos ao debate dos Senadores. Portanto, o tempo é realmente curto, não muito extenso.

Com a palavra, João Pinto Rabelo Júnior, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Quinze minutos serão suficientes?



Então, 15 minutos para que o senhor possa discorrer sobre o assunto.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR – Bom dia, Srs Senadores, Srªs Senadoras; Senador Acir.

Agradecemos, em nome do Ministério da Fazenda, o convite para conversar e debater sobre este tema de suma importância. O Governo Federal tem feito ações conjuntas para enfrentar essa que pode ser uma das maiores crises dos últimos anos com a tendência de poder de se aproximar de uma das grandes secas que tivemos nos últimos 20 anos, 30 anos.

A anomalia de precipitação está acima do que é esperado. Em algumas regiões, a perda da agricultura foi por volta de 80%. Em alguns outros Municípios, não teve chuva suficiente nem para começar a plantar. Existe uma preocupação muito grande com a forragem de animal. Há uma tendência de descapitalização do sertanejo por causa dessa seca. Ele começa a vender suas matrizes.

Bastante preocupado com isso, o Governo Federal lançou um conjunto de medidas que vai desde o fornecimento de água, a bolsa, como o Dr. Guadagnin já deixou claro aqui, mas também há preocupação com o fornecimento de milho para consumo animal, para manutenção dessas matrizes. Está sendo feito um programa específico para os pequenos produtores, levando milho, por intermédio da Conab, a um preço de R\$18,10 para saca de 60 kg, com limite de três toneladas por agricultor. O objetivo desse milho é complementar a alimentação animal e, com isso, ser possível a manutenção dessas matrizes na região, para que ela não precise sair da região para ser alimentada durante esse período de seca, nem que o agricultor precise se desfazer dela.

Além disso, o preço do milho na região está acima do esperado para esse período. Está sendo feito também um prêmio para escoamento da produção, para que possa chegar milho lá por volta de R\$27,00. Hoje, a saca de milho na região, em média, está por volta de R\$35,00. Se conseguirmos chegar a R\$27,00, viabilizará boa parte da avicultura e da ovinocaprinocultura.

Mas também não adianta só chegar o milho. A bolsa é importante, mas como fazemos com as operações que estão em ser? O Conselho Monetário Nacional já autorizou que todas as operações vencidas e vincendas este ano sejam automaticamente prorrogadas para o início do ano que vem. Todas essas operações passam a ter como data de vencimento dia 2 de janeiro naqueles Municípios onde forem decretadas situações de emergência e que não estejam cobertos por um seguro agrícola, evidentemente.

Se for comprovado que a perda foi superior a 30%, a operação de investimento será prorrogada para um ano após o vencimento da operação, e a operação de custeio será renegociada em até cinco anos, dando tempo suficiente para que o produtor possa se restabelecer.



A preocupação principal, Senadores, é que o agricultor possa manter-se dentro de uma agricultura de qualidade. Nós evoluímos muito nos últimos anos na qualificação desse empreendedor. As obras de convivência que foram feitas, as cisternas que foram criadas, todo esse processo deu melhores condições de convivência com a seca por parte dos sertanejos.

Ação semelhante está sendo feita na região Norte para todos aqueles agricultores que estão sendo atingidos pelas enchentes. Além disso, foi autorizada pela Presidenta Dilma a criação de três novas linhas de crédito. Uma linha de crédito destinada a agricultores familiares no valor de até R\$12 mil, com taxas de juros de 1% e até dez anos para pagar. Quando for só custeio, será até cinco anos, mas quando for custeio e investimento, o agricultor terá até dez anos para pagar, com três anos de carência. Para que serve essa linha? Serve exatamente para conviver. Não adianta oferecer uma linha curta agora, porque ele vai precisar ter tempo para pagar essa operação ao longo do tempo. Essa linha de agricultores familiares tem, inclusive, um rebate no principal de 40%. Então, pagando em dia, ele terá acesso a um rebate de 40%. Além disso, estão sendo abertas duas novas linhas com recursos também do FNE para os agricultores que não fazem parte da agricultura familiar uma linha de até R\$100mil, com taxas de juros de 4% sem rebate e com até 8 anos para pagar.

O comércio da região acaba sendo afetado também. O Senador Benedito de Lira colocou isso muito bem, que se a agricultura vai mal e o comércio míngua. Então, para o comércio também está sendo dada oportunidade de criação de uma linha, com recursos do FNE também, de até R\$100 mil, taxas de juros de 4% e até 5 anos para efetuar o pagamento.

Esse conjunto de ações do Nordeste também foi levado para o Norte; essas linhas vão ser operadas basicamente pelo Banco do Nordeste e no caso do Norte vão ser operadas pelo Banco da Amazônia.

Com essas linhas, esperamos dar o conforto necessário, reduzir o desconforto, vamos colocar dessa forma, das pessoas que estão sendo afetadas por esses fenômenos climáticos, seja na região Norte ou na Nordeste.

Fico à disposição para qualquer outra informação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Dr. João.

Antes de passar a palavra aos Senadores, passo a ler um questionamento feito por Adroaldo Santos Soares, do sindicato rural de Vitória da Conquista da Bahia. Ele diz o seguinte:

“Todos os agricultores são iguais do ponto de vista legal. A Lei nº 12.249 quitou todos os contratos do BNB, tomados pelos agricultores brasileiros, com valor até R\$1.000,00; deu desconto de até 85% para todos os agricultores da Adene (Agência de Desenvolvimento do Nordeste) que tomaram até R\$35mil. Até hoje não entendi qual a diferença entre os agricultores que tomaram empréstimos até R\$35mil e os que



tomaram empréstimo de R\$35 mil a R\$100 mil. Qual a diferença que existe de um para outro?

Para resolver essa situação basta incluir no texto da Lei nº 12.249 as operações que foram renegociadas pelo art. 3º da Lei nº 11.322 e não só pelo 2º, como diz na lei.

As operações negociadas pelo art. 3º da Lei nº 11.322 foram de valores superiores a R\$35 mil e inferiores a R\$100 mil. No aguardo da resposta.

Gostaria que fosse comentada não sei se o João Luiz ou o João Rabelo que deveria comentar essa pergunta do Sindicato Rural de Vitória da Conquista - Bahia, Sr. Adroaldo Santos Soares.

Por que até R\$35 mil há um tratamento e até R\$100 mil há outro tratamento, sendo que todos são iguais perante a lei.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR – A Lei nº 12.249 tem como objetivo dar um tratamento diferenciado para agricultura familiar, para o pequeno produtor. Na última vez que estivemos aqui, a convite do Senador Benedito, nós conversamos basicamente sobre a dívida dos pequenos e estava em negociação na Casa o alongamento do prazo da Lei nº 12.249, que na semana seguinte foi aprovado e já está sendo implementado.

Então, automaticamente essas operações que eram a reclamação inicial, alguns produtores não tiveram tempo suficiente para aderir, isso foi alongado e agora já estão fazendo. Na agricultura, em todo o processo do crédito agrícola, desde que foram criadas as linhas específicas para agricultura familiar, existe um tratamento diferenciado para o mini e O pequeno. É orientação desta Casa e orientação do Governo ter um tratamento diferenciado com aquele com menor capacidade de acesso a crédito, com produtividade menor e com a menor possibilidade de geração de renda.

O entendimento que tivemos – e divido isso um pouco com esta Casa, porque construímos juntos esse processo da Lei nº 12.249, que foi bastante conversado entre o Governo Federal e as duas Casas do Congresso – era fazer com que tivéssemos condições adequadas de renegociação, porém dando condições diferenciadas para os agricultores de menor porte. Pela impossibilidade de se estabelecer pela renda do mutuário, chegou-se a um consenso entre o Legislativo e o Executivo de trabalhar pelo tamanho da dívida. Por isso, foram estabelecidas condições diferenciadas para o favorecimento dessa população considerada mais frágil na agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João, espero ter esclarecido a pergunta do Adroaldo, de Vitória da Conquista.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Pela ordem de inscrição para fazer as perguntas, concedo a palavra à Senador Ana Amélia.



A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou direto adiantar ao representante do Ministério da Fazenda, Dr. João Pinto Rabelo Júnior. O senhor falou que as dívidas vencidas e vincendas dos Municípios em que foi decretada situação de emergência foram prorrogadas. Eu queria a precisão da data da prorrogação. Eu solicitei ao Ministério da Fazenda e não obtive resposta – talvez a medida já tenha sido dada e nem tenha sido transmitida ao Senado sobre a mudança. Foram prorrogadas algumas dívidas de custeio e não foi incluído o BSI, programa de financiamento de máquinas agrícolas. Então, eu queria saber se o BSI entrou nessa prorrogação, porque é uma decisão muito importante. Essa é para o senhor. Depois faço as perguntas para o Dr. João Luiz. Não sei se vão ser feitas as perguntas todas coletivamente.

Para o meu conterrâneo – saúdo novamente o João Luiz Guadagnin – pergunto: o senhor falou que algumas práticas de manejo têm mostrado que a agricultura tem se comportado de maneira diferente, mesmo em situações adversas. Porém, quando o senhor falou dos números, eles não revelaram essa realidade. Então, eu queria saber do senhor dados concretos, se possível, no meu Estado. Em que região e que tipo de prática de manejo foi adotada para fazer isso? Até porque o Poder Público, Secretário, deveria prover com ações, por exemplo, irrigação. Então, quando há uma pequena propriedade, é mais fácil fazer uma irrigação, dispondo de um poço artesiano ou um poço natural, de fonte natural, uma cacimba, como se costuma falar para fazer a irrigação de uma pequena área para, por exemplo, irrigar o pasto para o gado leiteiro ou para colheita de uma horta, para produção de menor escala. Quais são as práticas e onde estão localizadas essas, digamos, reações favoráveis ao manejo, que reduziram o prejuízo do agricultor em região de seca?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Senador por Rondônia, meu conterrâneo do Paraná, ao lado do Blairo também, o Paraná tomou conta do Senado, não é? Temos vários representantes aqui, viemos todos lá debaixo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, fomos para o Mato Grosso, não é, Jayme?

Bom, Sr. Presidente, acho que as dívidas dos agricultores, João Luiz Guadagnin, também João Pinto Rabelo Júnior, elas têm uma causa, e a causa está normalmente em uma safra frustrada.

Nós temos, hoje, no âmbito do Governo, pendente de regulamentação, o fundo de catástrofe, que foi votado, aprovado. Faço uma referência ao Deputado Micheletto, que tanto lutou por esse fundo de catástrofe. O fundo de catástrofe, ao que entendo, traz uma garantia de renda ao produtor, não só o seguro safra, mas uma garantia de renda. Se você tem somente o seguro safra, ele não é o suficiente para que o cidadão, durante o ano de cultivo da terra, produza o suficiente para o seu sustento, o sustento da sua família e



também para o pagamento do financiamento da sua safra. Você tem um valor determinado pelo seguro agrícola para pagar o custeio da safra. Mas e a manutenção da vida desse cidadão? A grande causa das dívidas agrícolas são as catástrofes naturais, secas, chuvas, geadas, no sul, mas, principalmente, secas.

Deixo essa indagação aos dois expositores e também faço uma consulta não sei se ao MDA, acho que ao Ministério da Agricultura: no ano passado, o Governo anunciou uma liberação de recursos, Senadora Ana Amélia, da ordem de R\$30 milhões, dos quais R\$10 milhões seriam para Paraná, para socorrer emergencialmente algumas regiões que foram fortemente atingidas pela seca. Salvo engano, foram R\$10 milhões para o Estado do Paraná, anunciados. Recentemente, em uma reunião em Curitiba, com a presença de todos os setores produtivos, do Ministro da Agricultura e do Secretário Estadual de Agricultura, houve uma manifestação do Secretário dizendo que não houve a liberação desses recursos. Isso foi pela seca de 2011. Então, percebo que há um engessamento, por parte do Governo, nesse sentido. Anuncia-se o recurso, há uma burocracia toda, às vezes, o tomador não está preparado para tomar os recursos e para enfrentar a burocracia em cima disso, e, quando os recursos são liberados, os efeitos dessa catástrofe natural, por exemplo, a seca, talvez já passaram há anos. E, aí, o resultado não é aquele que se esperava, que é o de amenizar o sofrimento do produtor rural de forma imediata ou, pelo menos, daquela comunidade.

Então, são essas duas reflexões que deixo, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza. Com a palavra, Senador Benedito de Lira para fazer os seus questionamentos. Na sequência, Senador Walter Pinheiro.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, já estou nesta Casa há alguns anos. E todos os anos da minha presença aqui e de outros Senadores que chegaram depois de mim, e antes – melhor dizendo, antes, não como Senador, mas como Deputado Federal, porque vim da Câmara dos Deputados –, todos os anos temos as mesmas questões: discutimos aqui créditos, pagamentos, inadimplência, execução, enfim, essa é a história que está traçada com relação ao pequeno, médio e digo até ao grande, porque, quando se fala em produção, não se pode alijar o grande produtor. Ele terá que ter também tratamento do Governo.

E chamo a atenção principalmente do Sr. João, representante da Fazenda, porque não comprehendo – eu, talvez até porque seja leigo nessa área econômica – como se faz agricultura cobrando praticamente, até há pouco tempo – juros de mercado. Foi exatamente daí a ocorrência da quebradeira dos pequenos. Esses não sobreviveram e não sobrevivem. Depois, então, o Governo vem com mecanismos de prorrogação de dívidas. Vou dar o exemplo



para que fique claro aquilo por que passa o pequeno e médio produtor. Sou homem que gosta do campo. Tenho propriedades. Certa vez, eu pensei em comprar um pedaço de terra no semiárido, no meu Estado. Por quê? Porque eu precisava fazer leite, produzir leite. O Banco do nordeste fez o projeto, e aquilo me entusiasmou, e entrei no crédito bancário. Tirei, à época, em 1999, se a memória não me falha, cerca de R\$200 mil. À época, não era real. Pois bem, paguei mais de 70%. Do que me propus a fazer, fiz o dobro.

Para encurtar a conversa, confesso que perdi a propriedade. Mas perdi para seca, por quê? Porque, depois que não tinha mais como pagar o débito porque tinha produção zero, quando cheguei ao Banco do Nordeste para fazer um ajuste de contas, me deram uma conta de mais de R\$5 milhões. Cobraram-me juros de mercado, uma tal de TJLP, e, no final, dava uma faixa de 17%, 18%. Como pagar? Dei graças a Deus porque encontrei um sujeito que gosta de terra no sertão, e ele assumiu o débito. A última proposta que me foi feita para conciliar esse débito agrícola desceu, fizeram uma composição de débito que deu em torno de R\$1,8 milhão, e a propriedade, em si, valia pouco mais de R\$600 mil, R\$400 mil. Então, transferi a propriedade para esse cidadão, consequentemente tudo aquilo que investi perdi.

Eu gostaria de saber o seguinte: o Governo, a Fazenda não pensa em criar um mecanismo capaz de fazer com que os pequenos, os médios e até os grandes produtores possam sobreviver quando, principalmente, enfrentam catástrofes, já que elas acontecem naturalmente todos os anos? As catástrofes acontecem todos os anos. Temos, por exemplo, as enchentes que acontecem todos os anos. Todo ano tem um lugar em que aparece um desastre ecológico. Todos os anos. Em 2000, foi em Santa Catarina, depois Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, agora Minas Gerais. Quer dizer, todo ano tem um Estado em que acontece isso, mas infelizmente não temos um plano, um programa de governo. As emergências, por exemplo, o socorro imediato, isso fica muito mais caro para o Governo do que se tivéssemos um plano gradativo. Vamos dar o exemplo das secas. Todo ano, todos sabemos que ninguém acaba com as secas. Não há como acabar com as secas, porque é uma situação climática, é um fato da natureza, mas teríamos que ter um programa de governo para conviver com a seca.

Confesso que o maior constrangimento que tenho na vida, como cidadão e como homem público é ainda ouvir essa conversa de carro-pipa para atender à população do semiárido brasileiro. Carro-pipa, isso existe desde a época em que esse País foi descoberto, e infelizmente não temos um plano de nação. Em todos os outros lugares, propõe-se isso, mas, aqui, infelizmente, não. Parece que é melhor fazer economia, e, quando chegar um momento desses, desembolsar bilhões de reais, em sessenta dias, está tudo resolvido, depois teremos mais à frente a mesma situação. Então, estamos aqui com o Senador Walter, que é o relator da 65, com o Sérgio, que está com o projeto, com o



relatório do setor canavieiro, e eu perguntaria, Dr. João: o que é que desmotiva o Governo a estabelecer juro zero para os pequenos, médios e até grandes produtores, para produzirem alimentos, para a agricultura? O que é que desmotiva o Governo a fazer um plano de ação para atender outros setores produtivos que não a indústria convencional, aquela que produz o automóvel, a geladeira, o fogão etc. Para esses o governo tem planos para motivar, para incentivar, para dar crédito a ele? Não. Dar incentivos fiscais. No setor que nós estávamos debatendo há pouco tempo, que citei aqui, o setor sucroalcooleiro, que tem uma capacidade extraordinária de ajudar a balança comercial deste País, esta área não tem esse tratamento.

Então, como último item, eu gostaria de apenas propor o seguinte: qual é a dificuldade que tem o Governo, por exemplo, de anistiar os pequenos, os agricultores familiares? De anistiar, porque ele não paga! Você prorroga para amanhã, ele vai ter os mesmos problemas depois de amanhã, no outro ano e, assim, sucessivamente. Nunca paga, porque ele não tem como pagar! Como o sujeito planta milho e não colhe, planta feijão e não colhe, planta batata e não colhe, planta o inhame e não colhe, planta a lavoura de subsistência e não colhe, no sertão, semiárido? Como ele paga? Como ele compra uma vaca de leite para tirar o leite, para vender o leite, para poder, então, ter uma rendazinha complementar, se o animal não tem alimentação?

Eu estava aqui, há poucos instantes, fazendo umas contas.

Presidente, vou encerrar.

Os insumos aumentam todas as semanas. Eu digo assim porque eu sou produtor e compro. Não é porque ouvi dizer; eu compro. Agora mesmo nós estamos comprando um saco de soja no meu Estado por quase R\$70,00 para fazer ração, para produzir leite, para alimentar o gado. Setenta reais um saco de soja!

Eu falava aqui com o querido Senador Jayme Campos que estou pagando por um saco de milho, no meu Estado, por exemplo, que não é produtor de milho, na faixa de R\$45,00 a R\$48,00. Esta semana, eu vou pagar R\$48,00 por um saco de milho. Um saco de trigo; o que é o trigo? O trigo é um bagaço que não tem valor energético praticamente nenhum; eu vou pagar uma média de R\$28,00 por um saco de trigo.

É esse tipo de coisas que eu não posso admitir do pequeno agricultor, da pecuária, da pessoa que produz para vender, para melhorar a sua renda, para alimentar a população. Então, são esses gargalos que nós temos. Infelizmente, as coisas não animam mais. Confesso a vocês: viver de agricultura no Brasil parece uma atividade marginal. Dizem logo: "Caloteiros!" Não é. O pequeno e o médio são bons pagadores; agora, só pagam quando têm dinheiro para pagar ou quando se produz.

Então, eram esses os comentários que eu gostaria de fazer.



Era isso, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer essas observações e de ouvir, principalmente da Fazenda, que tipo de entrave há para não se poder chegar a esse entendimento, considerando que outros países têm a mesma coisa.

Ontem mesmo eu tive uma reunião com os representantes do coco, do Sindicato Nacional dos Produtores de Coco.

Senadora Ana Amélia, ainda dá tempo de V. Ex^a chegar a sua audiência.

E a gente recebe coco de muitos países, que é coco ralado no fundo de quintal. Até tem problemas de saúde, mas nós temos uma cota considerável de coco recebido, e os produtores de coco aqui não podem competir porque o de lá vem muito mais barato – inclusive a mão de obra é baratíssima, e o daqui tem todos os encargos. Inclusive, se o cara vai subir em quatro pés de coqueiro, além da cota que ele tem previsão, talvez seja um trabalho degradante, e lá vem a história do trabalho escravo. Está entendendo?

Então, essas eram as considerações que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu não sei se a Senadora Ana Amélia estava com problema de agenda ou se ela queria ouvir as respostas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não. Tranquilo.

É o famoso Benedito do Rala Coco.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Seu Estado ontem estava lá. Ele produz muito coco.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito coco, apesar de a gente estar a cada dia perdendo mais.

Sr. Presidente, eu quero, primeiro, saudar V. Ex^a pela iniciativa e os dois representantes, tanto o do Ministério do Desenvolvimento Agrário quanto o do Ministério da Fazenda. Até aqui a gente está com uma tarefa de tentar juntar esses dados e, ao mesmo tempo, produzir, como disse aqui o Senador Benedito de Lira, definitivamente, uma legislação que trate esse problema. A ideia, inclusive, desta audiência surgiu a partir disso: tentarmos auscultar e até receber dos Ministérios, principalmente desses três... Na realidade, os Ministérios da área – o MDA e a Agricultura – e o Ministério que tem, inclusive, mais do que a Agricultura e o MDA, a possibilidade efetiva de um encaminhamento, tanto para a solução de um passado que impacta



permanentemente no presente, quanto as soluções de crédito, também em duas frentes: o emergencial e o crédito na sua essência.

Então, nós recebemos a Medida Provisória... Óbvio que a 565, quando veio para cá, veio com um foco. Muito claramente ela trata, na prática, de dois pontos: tanto o crédito especial para atender a esses setores produtivos – rural, industrial, enfim, comercial – e, ao mesmo tempo, para essa nova linha de ação do chamado auxílio emergencial. Então, dois focos aí seriam importantes de serem trabalhados.

Agora, uma das coisas que me chamou a atenção na medida provisória – e é por isso queria ouvir aqui dos representantes dos Ministérios – é algo que tem a ver especificamente com essa questão do que é que ela busca na prática. Digo isso porque o ponto central dela é tentar aperfeiçoar esse marco legal do funcionamento dos fundos. Óbvio que ela traz duas medidas pontuais. Então, se a gente busca fazer esse aperfeiçoamento, meu caro Moka, no que diz respeito a esse marco legal dos fundos, portanto, é uma oportunidade que a gente tem de tentar arrumar essa história. Não dá para ficar mais picotando as medidas aqui no Congresso Nacional.

O Senador Benedito de Lira disse que estamos aqui há muito tempo... Estou insistindo com um dado – e obviamente os Ministérios têm essa informação muito mais do que eu, tanto que, se for brincar aqui, vou dizer que conheço Gerardo Fontelles desde a época de Fernando Henrique Cardoso. Era o “negociador-mor”. De Gerardo Fontelles, a gente ia negociar com Pedro Parente, que era o titular da Casa Civil da época. E essa coisa se repetiu. O Gerardo Fontelles até continuou; o Pedro já não tem mais o mesmo parente no Governo; é outro. Então, a gente continuou fazendo a mesma negociação.

Se eu pegar do ano de 1997 até o ano passado, nós fizemos discussão sobre medida provisória, projeto de lei, emenda aqui, emenda acolá, renegociação de dívida em todos esses anos – de 1997 a 2011. Todos esses anos! Então, nós temos algo que não é mais sazonal nem emergencial, nem tampouco pontual.

Então, na realidade, eu queria levantar aqui alguns pontos que encontrei na medida provisória para a gente ter uma ideia de como é que a gente vai poder trabalhar com isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Walter...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pegando o raciocínio do Senador Walter, eu queria dizer o seguinte: agora nós temos uma seca muito grande no Nordeste. Há produtores lá... Eu não sou da



região, mas eu tenho informação de que há produtor que perdeu tudo, 100%. Aí você renegocia para ele pagar na próxima safra, mas ele não tem como pagar. Essa é uma questão de renda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Qual é a próxima safra? Essa é a pergunta.

O SR. WALDEMAR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sim. Então, o que nós podemos... Eu era Presidente da Comissão Mista de Orçamento – e V. Ex^a, ano passado, foi o Relator – e insisti na negociação do fundo de catástrofes, porque é a única forma de se sair disso. Foram negociados dois bilhões, uma parte em aporte do Governo, e chegaríamos a quatro bilhões em quatro anos. Não foi feito o aporte. Então, enquanto nós não tivermos um seguro que proteja... O que aconteceria com uma frustração como essa?

Você acionaria o seguro e o produtor não pagaria nada, porque houve uma frustração de 100%. Essa é a alternativa. Claro que nós temos de, à luz da medida provisória, discutir medidas emergenciais.

Mas foi só para contribuir com o debate e deixar registrado. Nós vamos novamente para outro orçamento e nós temos que inserir, nessa discussão, recursos para que possamos garantir o chamado fundo de catástrofes, visto que basicamente, no Nordeste, é uma questão de clima, e, para isso, não tem alternativa. Claro que a estiagem no Rio Grande do Sul e no meu Estado... Dourados, por exemplo, um Município altamente produtivo, está colhendo 25 sacas de soja quando a média sempre foi acima de 50 sacas. Então, estamos falando disso.

Desculpe-me, Senador Walter Pinheiro, se lhe atrapalhei o raciocínio, mas eu queria contribuir, dizendo que nós vamos discutir medidas emergenciais, mas eu estou convencido de que a única forma de realmente garantirmos... E, se olharmos o saldo dessa dívida, mesmo com os juros mais baratos, nós vamos ver que ela só tem se avolumado ao longo desse tempo.

Muito obrigado pelo aparte, Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Essa é uma constatação, Senador Waldemir Moka, que todo mundo tem, mas eu não sei se nós deveríamos esperar. Essa é a nossa agonia. Nós estamos discutindo a possibilidade de começar a resolver isso. É nisso que eu quero insistir: a medida provisória trata de pontos específicos, mas ela abre efetivamente para nós aperfeiçoarmos um marco legal. Então, está na hora de pegarmos esse marco legal e o definirmos aqui, Senador Moka.

Então, vamos lá. Quais são os pontos que eu queria levantar aqui? Eu só vou tocar em cinco pontos aqui, muito rapidamente.

Primeiro, as linhas dos créditos especiais, que é o que vem nisso que nós poderíamos chamar de a nova norma. São os recursos do fundo



destinado a atender os setores produtivos, enfim, no caso da emergência ou da calamidade. Portanto, é o caso, por exemplo, como o Senador Moka diz, da seca aqui no Sul ou no Mato Grosso do Sul. Elas são efetivamente....

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Esporádicas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E, aí sim, nós podemos considerar calamidades.

O problema é que a seca no Nordeste é permanente. Óbvio que nós estamos enfrentando uma situação de calamidade, porque enfrentamos, agora, uma seca com uma intensidade muito maior, segundo os técnicos, do que a que nós experimentamos há trinta anos. Óbvio que a tendência natural é que a gente vá vivenciando, cada vez mais, situações mais difíceis do que essa. Esse, então, é o primeiro aspecto.

Segundo, essa história das linhas de crédito especiais. Linha de crédito especial é temporária. Portanto, nós vamos enxergar esse momento, ou seja, colocar na medida provisória aquilo que de temporário podemos adotar.

Terceiro, as linhas de crédito que serão diferenciadas de acordo com a modalidade de crédito e de acordo com os setores produtivos envolvidos. Essa é outra preocupação que nós vamos ter com a medida provisória.

Quarto, a aplicação dos recursos nas áreas de atuação de fundos.

E, portanto, o quinto, a questão de fixar os encargos, como citou muito bem o meu amigo Benedito de Lira: prazo, limite, finalidades e demais condições para o financiamento que a gente quer dessa primeira etapa.

Então, esses são os pontos da chamada primeira ação, da chamada emergência, que nós vamos tratar na medida provisória. Vamos ter que, obrigatoriamente, seguir esses cinco pontos; porém, para tratar a emergência.

Aí, quando a gente fala que ainda vai haver a questão de como é que vai fazer o chamado auxílio, a elevação do valor do auxílio ou a garantia-safra. Essas são parcelas, principalmente o garantia-safra, meu caro Guadagnin, que, de certa maneira, nós já estamos com isso funcionando. Então, pegar e trazer o garantia-safra para isso agora é extremamente complicado. Na realidade, trata-se de repetir, de fazer uma medida provisória e repetir os mesmos recursos. Nós queremos é mais! O garantia-safra, eu diria, tem um público está fora. Eu entendi assim: o Governo traz uma medida, o que significa ampliação, até porque o garantia-safra, para usar uma linguagem popular, está garantido. Então, isso aqui tem que ser para além do garantia-safra; pelo menos o texto da medida provisória nos leva exatamente a isso.

A outra questão é a oportunidade que temos de, uma vez por todas, modificar, em caráter geral, Senadora Ana Amélia, em caráter definitivo, as questões tratadas na Lei nº 10.954. Agora, não dá mais para ficar fazendo colcha de retalhos. Porque, todo ano – e talvez a turma do MDA já conheça essa história –, a gente, quando resolve tudo, engasga ali, porque se diz: “Ah, não;



mas esse dinheiro aqui veio do BNDES". O outro diz: "Ah, mas esse veio do FAT". E, assim, a gente fica com uma lógica completamente perversa.

A outra questão é a seguinte: eu faço toda essa engenharia do crédito emergência e está todo mundo pendurado. Aí, nós vamos fazer, depois, Senador Acir, uma espécie de pente fino para ver quem é que não está devendo para poder ter direito. Quem é que não está negativado para poder ter direito? E, aí, vai sobrar quem? Nós e os fantasmas. Não adianta! Não vai ser por esse caminho.

Ainda há outros três pontos que eu queria levantar aqui como provação, que são os seguintes: a medida provisória, na realidade, se a gente pegar pela relação e pelo que a gente pode entender desse universo, poderia tratar de algo em torno de 500 mil pessoas... Perdão; 500 mil famílias a serem atendidas – para o universo específico da emergência, da calamidade. A outra é a questão do cadastro único, que é a utilização dos mesmos cadastros que os Ministérios têm como referência para os programas sociais. E, ainda, a questão a que eu me referi aqui agora, que é essa separação – o terceiro ponto –, ou seja, você pegar num vale e envolver, nesse cadastro, a turma que está no garantia-safra. Se não, nesse universo de 500 mil, só na Bahia são 600 mil famílias de agricultores. Então, se o garantia-safra entrar nisso, o universo da medida provisória fica até negativo; fica com menos 100 mil e não com 500 mil a mais.

Então, quero levantar esses pontos e até pedir aos Ministérios aqui para que possamos receber deles... Nós estamos marcando, inclusive, na próxima terça, com o Secretário Executivo do Ministério, Nelson Barbosa, uma espécie de concertação, com a presença dos dois Ministérios mais a Fazenda, para tentar chegar exatamente ao foco. Qual é o foco da medida provisória? Um é atenuar a crise. Portanto, atender a isso, à angústia, aos problemas, à falta de perspectiva nessa questão, para se tentar, inclusive, esperar a chegada das chuvas de final do ano.

Na Bahia, por exemplo, nós estamos trabalhando com a tese de que a safra de 2013 foi embora. Foi embora! Pegue, por exemplo, a região do feijão lá, que na realidade nem planta mais feijão. A região do feijão agora é a região Nordeste do Estado. A gente chama de região do feijão a região de Irecê. Mas o maior produtor de feijão da Bahia é aquela região próxima a Sergipe – Adustina, Paripiranga etc. –, ali na região Nordeste. Mas pegue a região de Irecê. Nós estamos com expectativa de chuvas só para outubro. Mirorós, que é o ponto central de captação de água para irrigação, está indo embora. As obras da adutora não ficam prontas agora; só fica pronta uma etapa no final do ano. Assim, se as chuvas não chegarem em outubro, esses caras vão plantar como? Então, a safra de 2013 foi para o saco! É isso que os caras estão dizendo: acabou! Não temos mais como atender isso.



Então, esse foco é importante; é para fazer esse chamado atendimento social. Ele tem que ir, exatamente, na linha desse aperfeiçoamento que estou insistindo. E, aí, a gente tem que entrar na linha dos fundos constitucionais e entrar na linha daquilo que o meu companheiro Moka citou: respostas ou consolidação de fundos de programas de desastres, sejam eles por chuvas, sejam eles por estiagens prolongadas, e que represente a necessidade de a gente adotar essas medidas.

Então, o que a gente está querendo dos Ministérios neste momento é um pouco disso. Aliás, na terça-feira, inclusive, nós estamos chamando também o Banco do Nordeste. Já solicitamos também o Banco do Brasil. O Banco do Nordeste já fez um levantamento, que é para termos uma idéia: o que é que eu tenho? Porque, para a Fazenda, por exemplo, qual é o questionamento que estamos fazendo? Será que vale a pena continuarmos gastando rios de dinheiro com custas e com cartórios? Porque, quanto é que eu pago de advogado para executar um trator velho? Quanto é que se paga de cartório? E ainda tem aí.. Jegue nem tem mais; lá só tem moto agora. Então, o cara não toma mais o jegue, toma a moto. E vai ficando aquela montanha...

O Banco do Nordeste, por exemplo, pegou toda essa dívida e isolou no seu balanço. Não conta mais; não conta para imposto de renda; é prejuízo já no Banco do Nordeste. Agora, tem outro prejuízo que os bancos terminam enfrentando que é o que eles têm que bancar todo dia com as custas de cartórios. Então, nós precisamos desses dados, Acir, para termos uma ideia exata do que é que se tem e de qual a parcela dessa dívida podemos, inclusive, fazer uma limpeza. Limpar o cadastro das pessoas para permitir que elas tenham a possibilidade não só de receber o crédito emergência, mas também de receber, a partir de agora, outro tipo de linha de crédito de outros programas.

Então, acho que seria importante que os Ministérios pudessem levantar isso, minuciosamente, e colocar na mesa esses dados. Nós temos quanto? Quantas famílias nós temos nisso? Quais são os problemas? O que resta do Pesa? O que resta ainda da estrutura do Pronaf? O que tem de pendência do FNE, do FAT, dos recursos do BNDES?

Nós temos, ainda, João Luiz, uma coisa que é a interação com os Estados. Eu fui Secretário de Planejamento da Bahia e participava das reuniões do Conselho de Administração da Desenbahia, e nosso maior problema lá era exatamente esse: nós fazíamos o financiamento para a agricultura, em parceria com o BNDES, e todas as vezes que a fazíamos negociação essa parcela de agricultores estava fora, por serem recursos do BNDES.

Portanto, aí vem a história do *mix* que a gente tanto se acostumou a tratar ao longo dos anos. Então, se é um *mix*, tratemos isso como um *mix*. Vamos juntar tudo, Acir, da seca, da chuva, do crédito A, B, C, D, não importa, e a gente tenta identificar que tipo de solução é possível. Como é que a gente limpa a área neste momento agora? Chega com a emergência, atende ao



socorro, mas já planta as condições efetivas para nós começarmos a funcionar, eu diria até, de forma zerada, daqui para frente, e teríamos condições de trabalhar de forma diferente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Deixe-me fazer uma provocação aqui, Dr. João: o discurso sempre é muito positivo – do MDA, do MAPA e do Ministério da Fazenda –, mas nem sempre chega até a ponta, chega até o agricultor, chega até aquela pessoa que realmente precisa, na maioria das vezes. Então, é uma dificuldade grande que se tem com relação a esse ponto: entre o que falamos aqui, o que se diz no discurso e o que é feito na prática.

Era só para fazer uma provocação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria, acrescentando ao que eu já havia solicitado, a informação sobre qual é o grau de inadimplência da agricultura familiar diante desse cenário de seca? A mesma pergunta faço ao Ministério da Fazenda e à Pasta da Agricultura de um modo geral.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Então, com a palavra o Dr. João Luiz Guadagnin.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Sr. Presidente, começo pelas perguntas da Senadora Ana Amélia.

A questão do comportamento distinto dos agricultores frente às secas e aos fenômenos climáticos. A agricultura familiar, por definição, é uma agricultura diversificada. Todos os agricultores que perseveram nessa diversificação têm menos perdas, até porque, como têm várias culturas, com plantios distintos, em épocas distintas, os fenômenos ocorrem de forma distinta para cada cultura.

De uns anos para cá, especialmente com o surgimento dos transgênicos, as datas de plantio ficaram muito uniformes. É feito num único dia. Então, é uma loteria. Uma parte dos problemas está em que, além da falta de diversificação de plantio, não há escalonamento de data de plantio, como se fazia há alguns anos.

Então, diversificação, escalonamento de plantio, isso distingue um agricultor do outro. A adequada correção da acidez e da fertilidade do solo. Há um grupo de agricultores – a maioria, insisto – que faz um bom manejo do solo, corrige adequadamente a acidez, corrige a fertilidade; e outros que fazem uma



subadequação dessas práticas. E, lógico, um solo com pouca fertilidade e muita acidez, a seca é muito mais severa.

As práticas culturais, desde o plantio direto, realmente plantio direto, o não abandono das práticas conservacionistas, das práticas mecânicas tipo terraço, murundu, curva de nível, uma parte da agricultura familiar se iludiu que, com o plantio direto, podia destruir todos os terraços. E aí temos desastres. Ao lado de uma boa propriedade, em que os terraços e a boa prática conservacionista permanecem, há agricultores com grandes prejuízos, às vezes até de 100%.

A outra é o uso de plantas melhoradoras, a incorporação de massa verde, especialmente no Sul, o uso de tremoço, de ervilhaca, do nabo forrageiro, para melhoria do solo. Grande parte dos agricultores já faz isso. Quem não faz está entre os nossos clientes do seguro.

E claro: reserva de água e irrigação.

Realmente, o Rio Grande do Sul, diferentemente do Nordeste, é contemplado com muita chuva, mas usa pouco essa chuva do inverno para reservar. Não reserva. Esse é um dos problemas que temos sérios lá.

Só para lhe dar em número isso que eu estou dizendo: não há nenhum Município em que 100% dos agricultores comunicaram perda. Significa que há agricultores que estão colhendo, colhendo bem, e outros que estão tendo prejuízo sério. Dos 250 mil aproximadamente que nós temos segurados no Rio Grande do Sul, nós temos 60 mil, entre 60 e 65 mil, depois eu prometo lhe passar, para a Comissão os números reais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. João, me desculpe interromper. Mas é que a chuva ou a seca não acontece em 100% do Estado. Às vezes, num Município, chove do lado esquerdo, mas não chove do lado direito.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aí, há uma diferença grande na questão da colheita. É só para pontuar,

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Isso é verdade. Mas, quando a gente vai para o terreno, e a gente se tiver oportunidade, é interessante: agricultores vizinhos um dos outro, um perdeu muito, o outro não perdeu nada ou perdeu muito pouco. O que diferencia basicamente são as práticas agrícolas, o manejo, o gerenciamento.

Aí, a gente pode passar pela falta de orientação, de assistência técnica. Há alguns fatores em que os três níveis de Governo seguramente têm um pouco de culpa nisso. E nós assumimos isso também. Nem tudo são flores. Mas há muita flor. Acredite.

A maior parte... A inadimplência... A inadimplência dos agricultores familiares é muito pequena. Hoje, no Rio Grande do Sul, ela não chega a 3%. Agora, se nós olharmos isso ao longo da história do Pronaf, nós já realizamos ali



milhões de contratos, que foram se acumulando, se repetindo desde o começo do Pronaf, em 1996, nós temos um universo importante. Nós calculamos que, no Rio Grande do Sul, nós devemos ter cerca de 40 mil famílias fora do crédito rural, fora do seguro da agricultura familiar. Por quê? Porque estão inadimplentes.

No Nordeste, adiantando ao Senador Benedito de Lira e ao Senador Walter Pinheiro, há um grupo importante de agricultores familiares do Nordeste inadimplentes. Grande parte deles está naquele grupo que é o agricultor familiar – não é o grupo “b”, não é o microcrédito produtivo rural. O microcrédito produtivo rural, nós praticamente resolvemos o problema. A 2.249 liquidou partes das operações, deu prazo e deu rebate, deu condições de pagamento. O problema está no agricultor familiar, aquele que está acima de R\$6 mil de renda bruta familiar anual, até os R\$110 mil. E devemos ter cerca de 25% dos agricultores familiares do Nordeste com dificuldade de pagar. Esse é um número importante, é grande. Realmente, é um problema estruturante, que preocupa.

A outra, já aproveitando, Senador Acir, para ajudar um pouco no debate daquilo que o Senador Walter Pinheiro, apropriadamente, corretamente levanta, a medida provisória se desdobrou em resoluções do Conselho Monetário. Os créditos para agricultura familiar – depois eu peço que Rabelo possa falar um pouco melhor dos demais créditos – que estão sendo concedidos para a agricultura familiar nordestina são de R\$12 mil, é o semiárido, é o Pronaf Semiárido, com 40% de bônus. Dez anos para apagar, 1% de juro, três anos de carência. Então, a linha de crédito para que se enfrente a realidade da seca é uma coisa que nunca antes tínhamos conseguido. Quer dizer, 40% de bônus é um avanço extraordinário. Além disso, R\$12 mil, dez anos, para agricultura familiar.

Além disso, estamos próximos de uma resolução – creio que depois o Rabelo também pode falar sobre isso – de custeio. O pensamento é de que se deem R\$5 mil por agricultor familiar, com 40% de bônus e cinco anos para pagar. Então, ele vai pagar R\$600 por ano. Para quê? Para possibilitar a esse agricultor a compra especialmente de forragem. Hoje, a grande dificuldade é de que os criadores, especialmente de ovinos e de caprinos – a grande maioria da agricultura familiar tem essa atividade como atividade econômica importante – não têm como comprar a cana que está no litoral. Milho ajuda, mas não resolve, porque são ruminantes. Aliás, em alguns casos até pode prejudicar a criação.

Então, essa linha de crédito de custeio, que está próxima de acontecer, vai permitir que com R\$5 mil ele compre uma atividade razoável hoje lá no sertão da Paraíba, em Conceição do Piancó. Uma tonelada de cana posta lá está cerca de R\$120 e, dependendo do rebanho que ele tem, com essa tonelada de cana ele alimenta o rebanho por muito tempo.



Então, nós precisamos... Claro que há que ter uma organização – e nisso estamos trabalhando com as secretarias estaduais de agricultura, com as secretarias municipais de agricultura – no sentido de que essa cana... Um agricultor sozinho não vai encher um caminhão daqueles, não é? Então, tem que ter uma organização.

Os Estados nos estão ajudando muito. O Secretário Eduardo Salles tem feito um esforço extraordinário na Bahia, todos os secretários de agricultura e nós vamos conseguir fazer com que a cana que está no litoral chegue até o sertão. E, com isso, seguramente salvar... Eu reconheço que parte do rebanho já foi vendida para evitar que eles perecessem por falta de alimento ou está numa situação bastante lastimável. Se nós não chegarmos logo com essa cana para esses animais, nós teremos dificuldades. O logo é na semana que vem, eu reconheço isso.

O Banco do Nordeste já está com o sistema pré-aprovado. O que nos falta é a resolução. O que a medida provisória deu foi condições para que se estabelecessem essas linhas de crédito.

Quanto ao Bolsa Estiagem, a preocupação que, por orientação da Presidenta da República nós tivemos é de que não prejudiquemos o agricultor que está no Garantia-Safra. A política estruturante, o senhor disse bem, é o Garantia-Safra e ela vai permanecer. Agora, há um grupo grande de agricultores – porque o Município não aderiu àquela mecânica de adesão do Município ou porque o agricultor mesmo não aderiu – que acabou ficando fora do Garantia-Safra. Então, para esses estão-se dando R\$80,00 durante 5 meses, R\$400,00, para que ele consiga minimamente ter alimentos, essa que é a ideia, suprir a falta de alimentos que acabaram com a seca. O que é o Garantia-Safra? O Garantia-Safra dá R\$138,00; para quem está fora do Garantia-Safra, R\$80,00. Por quê? Porque com isso se prestigia a política que é estruturante, o senhor disse bem, que é o Fundo Garantia-Safra. Eu creio que é isso.

Ah, sim. Quanto a... Estão pendurados no Nordeste. Existe um grupo grande de agricultores, familiares, que não está no "B", que estão com problemas. Agora, a maior parte da crise, da dívida no Nordeste, é de agricultores que estão além do Pronaf. Para esses, nós não tivemos nenhuma medida. Nós temos, presentemente, uma resolução no Conselho Monetário que dá a possibilidade de os agricultores de todo o Brasil recompor as dívidas e que termina, o prazo dela vai até março do ano que vem. Essa recomposição de dívidas vai significar para muitos agricultores a condição de receber. O que talvez – e estamos discutindo com o Dr. João Rabelo lá fazenda, quem aderir a esta resolução fica impossibilitado de aderir a novos créditos de investimento, não de custeio. Para algumas situações, essa pode ser uma trava, uma dificuldade que a gente só vai sentir depois. Agora, crédito de custeio, uma vez que ele faça recomposição de dívidas, ele volta a ter a vida normal dele.

Então, esse é o processo que está aí em andamento.



Por isso que eu digo, Senador Acir, a vida é difícil, mas há políticas estruturantes e elas têm sido aperfeiçoadas; a medida provisória nos ajuda, as resoluções do Conselho Monetário e o apoio do Ministério da Fazenda são efetivos e, quanto à situação da agricultura familiar, mesmo na situação do Nordeste, nós temos condições de dizer que há um cenário diferente. Não é uma maravilha, porque a seca é extraordinária. Por que os mecanismos de prevenção à seca não funcionaram neste ano? As cisternas estão vazias, não choveu. Quer dizer, o fenômeno da seca começou cedo e foi muito intenso. A precipitação em algumas regiões... Não existiu chuva. Como o senhor mesmo disse, há situações muito distintas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Tem cidades na região norte da Bahia em que no mês de março não choveu um dia sequer, o mês de março inteiro, nenhuma gota. Para não dizer chuviscou: zero.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Agora, quanto aos números de inadimplência e a solução do mix é o Ministério da Fazenda que capitaneia isso. Seguramente, Rabelo vai ter informações para dar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João.

É evidente e visível a evolução da agricultura familiar no Brasil inteiro. É exatamente por isso que se aumentou a exportação e diminuíram até os preços dos alimentos no País.

Com a palavra o Dr. João Rabelo.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR – Obrigado, Senador.

Vou começar pelas questões da Senadora Ana Amélia. Peço desculpas, realmente, se a informação não chegou até a senhora, mas com aquele pedido que a senhora tinha feito de incluir o PSI nós o reanalizamos. O PSI foi incluído na última reunião do Conselho Monetário Nacional. Já está contemplado a partir do mês anterior. O BNDES está se adaptando para poder fazer funcionar, mas as instituições financeiras já estão autorizadas também a prorrogar, no caso da região Sul e agora também no caso das regiões Nordeste e Norte, as operações do BNDES PSI.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço-lhe a informação. Como não chegou na hora certa, deixou de ganhar um discurso elogiando o Ministério da Fazenda por uma decisão que era aguardada pelos agricultores. A decisão tem de ser certa e na hora certa. Mas agradeço-lhe o gesto de reconhecer que a informação não foi repassada.

Obrigada, Doutor.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JÚNIOR – Bom, a senhora pediu alguma precisão nas datas. Essas operações que estão sendo renegociadas agora pelo Conselho Monetário Nacional do Nordeste e do Norte são vincendas entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012. Nordeste e Norte. As



instituições financeiras passam a estar autorizadas a prorrogá-las para o dia 02.01.2013.

Bom, no Sul, a prorrogação está até agosto, com a possibilidade de renegociação para um ano após a última parcela ou a de custeio em cinco anos.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN – Só para esclarecer. As operações cobertas pelo seguro — pelo seguro da agricultura familiar, logicamente —, o número de operações de custeio do Norte, do Nordeste e do Sul que serão postergadas por cinco anos é muito pequeno. São os custeiros fora do seguro da agricultura familiar. É o custeio pecuário, eventualmente uma ou outra cultura que não está ainda no zoneamento agrícola e que não foi objeto do seguro, mas é um pequeno número dessas que iremos postergar, ou seja, apesar do fenômeno climático, o carregamento da dívida vai ser pequeno. Ela vai existir, com alguns agricultores, mas felizmente será com um número pequeno. Cerca de 5% dos contratos vão sofrer essa situação.

O SR. JOÃO RABELO JÚNIOR – O Senador Sérgio Souza e o Senador Benedito de Lira falaram sobre as ações estruturantes, o que está sendo feito nesse sentido. O Senador Acir reforçou esse ponto. Vou dar alguns números para dizer o que já aconteceu. Só para mostrar que o esforço dessa Casa e do Executivo tem funcionado.

No caso da região Sul, 95% dos agricultores familiares atingidos pela seca estavam cobertos pelo Proagro ou por um outro tipo de seguro agrícola. Então, ele não tem de pagar mais, Senador. Quer dizer, aquela operação, por um instrumento de mercado, está resolvida. Não é nenhuma benesse a ele, nenhum outro processo, entende, Senador Acir? Ele pagou por aquilo e recebeu uma solução de mercado como a nossa agricultura, com o alto nível que a agricultura brasileira tem, é passível de desenvolver. O que nos temos de montar são soluções como essas, soluções que sejam estruturais e que nos levem a ter uma agricultura com menos risco para o agricultor e estável, com regras estáveis, para que nós possamos, Senador Walter Pinheiro, usar cada vez menos medidas provisórias, cada vez menos paliativos. Infelizmente, estamos tendo de fazer porque a seca este ano está sendo muito acima do que era esperado. E a enchente no Norte começou no Acre, os senhores lembram bem, nos afluentes do Solimões. Agora, está chegando aos afluentes do rio Negro. Vai pegar aquela parte do Pará, do Amapá. Essa parte toda está subindo acima do nível histórico, ou seja, acima dos cálculos normais das instituições de seguro.

Aí, vou falar um pouco sobre o Fundo de Catástrofe. Só para deixar claro, o Fundo de Catástrofe não é, necessariamente, um seguro de renda. São coisas diferentes. O objetivo do Fundo de Catástrofe são eventos climáticos. Nesse Fundo de Catástrofe, o Ministério da Fazenda trabalhou fortemente nesse programa no ano passado. A previsão é abrir para audiência



pública para todos os interessados, para consulta pública, perdão, o estatuto do fundo em 1º de agosto. Em 1º de agosto teremos uma versão, que será aberta para a contribuição da sociedade, para que depois possamos fazer a sua regulamentação.

O seguro-renda, no Brasil, está muito pequeno. As seguradoras que trabalham com seguro-renda estão fazendo uma pequena experiência com soja, na região Sul. É muito pequena ainda. Existem algumas soluções de *head* de proteção de preços. Infelizmente, boa parte delas são transacionadas nas bolsas internacionais. Estamos fazendo análises e estudos para trazer essas negociações para cá e, com isso, poder ampliar esse seguro-renda.

Sobre os recursos da Defesa Civil, infelizmente, não tenho as informações aqui. Essas informações são do Ministério da Agricultura.

Senador Benedito de Lira, V. Ex^a falou sobre por que não, simplesmente, anistiar os pequenos? Vamos pensar: o que nós estamos fazendo, todos nós juntos? O que estamos construindo nessa agricultura? Primeira coisa: foi tomada a decisão de Estado de separar a agricultura em dois olhares e olhar a agricultura familiar de um jeito específico e a agricultura empresarial de outro.

O Estado brasileiro – todos nós juntos – entende que essa agricultura familiar precisa de instrumentos de proteção. Fomos criando e aprimorando os instrumentos de proteção que reduzissem as incertezas dessa produção. Para o problema climático foi criado o Proagro, foi recriado o Proagro. Ele já existia há muito tempo, foi recriado e, agora, é efetivo. Temos, aí, da agricultura familiar como um todo, 90% dos agricultores familiares cobertos com o Proagro.

O que ainda não está funcionando, Senador Walter, que está na pauta do João Guadagnin e na nossa? Desenvolver esse seguro para a pecuária. Ele não está, ainda, adequado para a pecuária. Essa é uma das coisas que a gente tem de trabalhar. Temos de nos desenvolver nesse sentido. É compromisso nosso entregar uma solução o mais brevemente possível que atenda, também, a perda de produtividade na pecuária. Mas a agricultura está bem coberta, inclusive com um mix de produtos que é característico da agricultura familiar.

Então, de um lado há os eventos climáticos. Junto com isso há a bolsa, o Garantia-Safra, que está funcionando adequadamente. Agora, há um pedaço, Senador Walter, que não conseguiu ser atendido pelo Garantia-Safra. Essa é a proposta da medida provisória: a recriação – o Bolsa Estiagem já existiu no passado – para esse grupamento de pessoas para que possam, mesmo não tendo optado pelo seguro, lá atrás, perceber que isso é importante. E que a gente tenha uma universalização do Garantia-Safra daí para a frente.

Uma saca de milho a 48 realmente não dá, não tem como fazer isso de ração. Por isso, queria anunciar, em primeira mão, a portaria de VEP



(Valor de Escoamento de Produção). Para o Nordeste vai ser publicada segunda-feira com um incentivo ao escoamento da produção do Mato Grosso e também do oeste da Bahia. Há um excedente no oeste da Bahia de 2 milhões de toneladas aproximadamente, o escoamento do milho que tem lá para as outras regiões do Nordeste. A nossa expectativa é a de que com esse programa o milho volte a um patamar de R\$27,00 por saca. Essa é uma coisa na qual já estamos atuando também.

É importante dizer que a nossa agricultura, por esses instrumentos todos, tem já uma série de proteções. Esses instrumentos estão perfeitos? Não. Eles têm de ser aprimorados. Muitos deles são muito deficientes. Só para citar, o Sr. falou que é da Comissão de Orçamento. A Comissão de Orçamento autorizou R\$5 bilhões para o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar. Esses R\$5 bilhões, este ano, serão menos utilizados porque o preço das commodities está lá em cima. É importante lembrar também que com tudo isso que a gente está falando vamos ter uma das melhores safras. Mesmo com todo esse problema climático que estamos tendo vamos ter uma das maiores safras de grãos dos últimos anos. Então, esse recurso não foi totalmente usado ainda, quer dizer, esse recurso do programa de garantia de preço mínimo não precisou ser acionado porque os preços continuam remuneradores na maior parte das commodities, mas fazem parte das ações estruturantes de que a gente está falando.

Concordo com V. Ex^a no sentido de que não faz mais sentido falar de carro-pipa em 2012. Isso é uma coisa impressionante. Mas, como disse o João Luiz, houve a construção das cisternas. Foram construídas 483 mil cisternas nos últimos anos. O problema é esse sobre o qual o Senador Walter falou: não choveu, não tem água. Então, a Operação Carro-Pipa, este ano, está acontecendo, mas está sendo diferente. Está sendo, também, com o objetivo de abastecer as cisternas. Então, o objetivo, agora, é levar água lá. O Exército está mobilizado. A Presidenta tem acompanhamento semanal da evolução dessas ações, da qual todos nós participamos, para poder entregar e mostrar o que está sendo feito.

Senador Walter, o objetivo dessa linha extraordinária é exatamente para que a gente possa atuar, com o FNE, o FNO e o FCO, nos casos de calamidade. Então, permitir alguma liberdade ao Governo para que possam ser estabelecidas linhas de crédito especiais para o atendimento dessas situações extraordinárias. Não posso concordar mais com V. Ex^a – já que concordo 100% - no sentido de que ela tem de ser temporária. Ela tem de atender aquele momento. As linhas permanentes dos fundos não podem ser afetadas por essas questões. Só sugiro que não coloquem encargos financeiros na medida provisória porque este ano o encargo financeiro vai ser um, daqui a dez, dois, três anos, a gente pode estar falando de taxas de juros diferentes. Foi por isso que solicitamos que na medida provisória fosse autorizado, ao Conselho



Monetário Nacional, definir quais são os encargos financeiros que irão aparecer nesse processo.

Senador Acir, estamos muito assustados, também, com a seca e com a chuva. Assustados não, estamos trabalhando para que a coisa não aconteça. Uma coisa que nós conseguimos fazer este ano foi antecipar as medidas. Não esperamos que a coisa estivesse em situação mais grave ainda – quer dizer, que a fome já estivesse instalada – para poder tomar as medidas. Essas medidas terão tempo suficiente – é a nossa expectativa e no que estamos trabalhando – para que cheguem em momento adequado para o produtor e não atrasadas, como em outros momentos aconteceu.

Acho que cobri todos os pontos. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João Rabelo.

Concordo com o senhor no sentido de que a produção de grãos, no Brasil, não vai diminuir este ano. Mas um ponto é importante: esses problemas climáticos não estão acontecendo onde há uma produção grande de grãos. A produção do Acre é pequena; a produção de grãos do Amazonas é menor ainda; a produção do ponto da Bahia que está tendo problemas também é uma produção pequena. Então, não vai afetar realmente a produção de alimentos no País para exportação. Afeta as famílias que moram nessa região. Essas famílias têm de ser atendidas, é esse o ponto que está sendo discutido, e é essa ação que o Governo está fazendo, através do MDA – principalmente através do MDA –, com o apoio do Ministério da Fazenda.

É fato que as coisas evoluíram no Brasil. O MDA está mais presente, o Ministério da Fazenda também, junto com o MDA, sempre participando atentamente e tentando se antever ao problema. Mas não há como imaginar que iria acontecer uma enchente como essa que está acontecendo hoje. É histórica no Brasil, é histórica na região amazônica. É a maior enchente de todos os tempos. Não há realmente como se prever uma situação como essa.

Eu agradeço, Dr. João Guadagnin, pela sua presença aqui. Agradeço, da mesma forma, ao Dr. João Rabelo, pela sua presença, pela sua exposição, aos nobres Senadores que participaram da nossa audiência pública.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 7 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 04 minutos.)